

**AGOE
2025**



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2025

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

ÍNDICE

1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- i. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria, Comentários da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 (conforme Anexos I e II);
- ii. Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (conforme Anexo III);

2. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- i. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025 (conforme Anexo V e VI).

ANEXOS:

- ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
- ANEXO II – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA (IN CVM 81/22, artigo 10, p.u.III).
- ANEXO III – PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
- ANEXO V – PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
- ANEXO VI – PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Formulário de Referência)

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos, a seguir, a proposta da administração ("Proposta") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22640-102

Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta, na sede da Companhia em horário comercial, no site da Companhia (www.priner.com.br), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), cópias dos documentos a serem discutidos na AGOE, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 81/22 e artigo 133 da Lei 6.604/76.

I) Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 13 de março de 2025, nos termos do artigo 13 de seu Estatuto Social, e foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria. Assim, a Administração da Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos da IN CVM 81/22 e Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), contendo as notas explicativas, Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, emitidos pela empresa Mazars Brasil.

Cumpre ainda informar que o anúncio previsto no caput e §1º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.As, será publicado no dia 28/03/2025, nos jornal Mercantil e no website do mesmo jornal.

Adicionalmente, nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., da IN CVM 81/22, os seguintes documentos foram disponibilizados para a análise dos Srs. Acionistas, conforme publicados nos jornais de veiculação habitual da Companhia, em 26/03/2025: (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Relatório

/Comentários da Administração (iii) Parecer do Comitê de Auditoria; e (iv) Relatório e Parecer dos Auditores Independentes.

Neste sentido, propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, divulgadas em 13/3/2025 nos websites da CVM e da B3, através do Sistema Empresas.Net, e no website da Companhia (“Demonstrações Financeiras”).

Em complemento, as informações dispostas no **Anexo I** e **Anexo II** da presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia, cumprindo assim o que determina a IN CVM 81/22

(ii) Proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Propomos que seja aprovada a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 da Companhia, cujo lucro líquido apurado fora no montante de R\$ 10.149.750,27 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e sete centavos), conforme consta na Demonstração do Resultado do mencionado exercício social e nas condições trazidas no **Anexo III** desta Proposta.

Em cumprimento a ICVM 81/22, as informações dispostas à presente Proposta estão demonstradas nos Anexos I e II.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia - 2025

O montante total anual proposto para remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária), para o exercício social de 2025, em regime de competência, é de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), incluindo as provisões para a remuneração fixa e variável (que acomoda o Incentivo de Curto Prazo e de Longo Prazo), com inclusão dos benefícios, conforme aplicável aos membros elegíveis.

Por fim, contempla a presente Proposta a concessão de alçada para o Conselho de Administração deliberar a individualização do limite global da remuneração dos administradores, referente ao exercício corrente, conforme for deliberado pela AGOE à ser realizada em 29/04/2025.

Em cumprimento a Resolução CVM 81/22, as informações dispostas à presente Proposta estão expostas no **Anexo V e VI**.

Ainda, outras informações a respeito da remuneração total e da remuneração variável efetivamente propostas aos Administradores para o exercício de 2025, constam no item 8 do Formulário de Referência da Companhia, estão demonstradas no Anexo VI desta Proposta.

Cumpre ainda esclarecer que a presente proposta para o limite global de remuneração dos administradores foi examinada pelo Comitê de Pessoas, apreciada pelo Conselho de Administração e submetida à esta assembleia geral pelo Conselho de Administração.

* * *

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

A Administração

Priner Serviços Industriais S.A.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME:18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

Anexo I

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA**

(Conforme item 2 do anexo C da Instrução CVM nº 80/2022)

Data-Base: 31.12.2024

Nota 1: este item ("2") está de acordo com a determinação da Resolução CVM 80/22, que engloba as informações das Demonstrações Financeiras do último exercício social, sendo certo que os três últimos exercícios sociais já foram divulgados ao mercado.

Nota 2: As informações contábeis consolidadas apresentadas a seguir foram extraídas das demonstrações financeiras auditadas da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), e auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Adicionalmente, a Companhia complementou algumas informações financeiras com dados pro forma, com o objetivo de refletir os efeitos da operação de aquisição da Real Estruturas. Esta operação de aquisição foi realizada em setembro de 2024 e, durante as negociações, foi acordado que os resultados apurados na Real Estruturas nos meses de julho, agosto e setembro de 2024 seriam de propriedade da Companhia. Por esse motivo, a Companhia optou por também divulgar informações financeiras consolidadas pro forma no "press release" e na apresentação de resultados, com o intuito de prestar informações relevantes e precisas ao mercado em geral.

Essas informações pro forma foram elaboradas com base em premissas consideradas razoáveis pela administração e têm caráter meramente ilustrativo, não representando necessariamente os resultados futuros da Companhia.

As informações financeiras pro forma não substituem as demonstrações financeiras auditadas e devem ser analisadas em conjunto com estas, bem como com as notas explicativas e os relatórios dos auditores independentes.

2. Comentários dos Diretores

Em nosso “press release” e “apresentação de resultados”, destacamos os resultados pro forma não auditados, considerando que, apesar da conclusão da operação de aquisição da Real Estruturas ter ocorrido em setembro de 2024, durante as negociações, foi acordado entre a Companhia e os vendedores que os resultados apurados pela Real Estruturas nos meses de julho, agosto e setembro de 2024 seriam de propriedade da Companhia. Por esse motivo, no “press release” e na apresentação de resultados, com o intuito de prestar informações relevantes e precisas ao mercado em geral, a Companhia optou por também divulgar informações financeiras consolidadas pro forma, considerando a consolidação dos resultados da Real Estruturas a partir de 1º de julho de 2024.

A seguir, as informações e comentários incluídos nos itens 2.1 a 2.11 (exceto 2.5) do formulário de referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Para clareza, as mesmas não consideram a consolidação dos resultados da Real Estruturas entre de 1º de julho de 2024 e 30 de setembro de 2024, conforme acordado entre a Companhia e os vendedores.

Certas tabelas da seção 2 do Formulário de Referência contêm os termos “AH” e “AV”, que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um exercício ou período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida de intermediação para os exercícios/períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido, nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

O ano de 2024 foi excepcional para a Priner: nossas conquistas nos alçaram a um novo patamar de receitas e resultados. Devido ao sucesso do Follow-on, com aporte líquido de R\$ 82,3 milhões, conseguimos trazer duas empresas incríveis, a Real Estruturas e a Welding Eng. Inspeção. O impacto dessas aquisições foi bastante expressivo.

Adicionalmente, a aceleração de novos contratos offshore e a conquista de novos contratos pela UN de Infraestrutura, contribuíram para que nossa performance no 2º semestre de 2024 confirmasse a forte tendência de recuperação no volume de atividades e resultados apresentada no 1º semestre de 2024, levando-nos a registrar, durante o exercício de 2024, incremento de receitas (ROL de R\$ 1,1 bilhão) e resultados (EBITDA de R\$ 138,6 milhões e Lucro Líquido de R\$ 27,8 milhões). Esses resultados corroboram nossa comunicação anterior de que a retração ocorrida no primeiro semestre foi um encontro de eventos pontuais e não representavam fatos estruturais.

Em 2025, mantemos previsão que cerca de 80% de nossas receitas serão provenientes de segmentos estruturalmente competitivos, como Óleo & Gás, Mineração, Papel & Celulose e Sucreenergético. Esses setores seguem apresentando demanda contínua por projetos de grande escala, o que reforça nossa confiança em nosso plano estratégico.

Estamos orgulhosos do que alcançamos em 2024 e confiantes de que este é o início de uma nova fase de prosperidade para a Priner. Agradecemos a todos que fazem parte dessa jornada.

Índice de liquidez corrente

O índice de liquidez corrente da Companhia é calculado pela divisão de seu ativo circulante por seu passivo circulante.

Indicadores Financeiros	Valores expressos em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Ativo Circulante	609.764	445.227
Passivo Circulante	546.806	277.072
Índice de liquidez corrente	1,12	1,61

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de liquidez corrente era de 1,12 e teve redução de 69,57%, devido à reclassificação da dívida com o Banco Itaú BBA do passivo não circulante para o passivo circulante. Esta reclassificação ocorreu em função da Companhia não ter atendido à cláusula restritiva com a referida instituição financeira, que exige a manutenção da relação entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA limitada a 2,25x.

b. Estrutura de Capital

Na tabela abaixo, consta a estrutura de capital da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Valores expresso em R\$ mil			
	31 de dezembro de			
	2024		2023	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Patrimônio líquido	354.742	28,9	238.704	28,5
Passivo total	874.512	71,1	598.300	71,5
Total	1.229.254	100,0	837.004	100,0

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2024, patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 354,7 milhões, comparado a R\$ 238,7 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento do patrimônio líquido da Companhia se deve, em sua maioria, ao processo de follow-on concluído em fevereiro/2024 que aumentou o patrimônio líquido em R\$ 89,4 milhões, assim como o lucro apurado no exercício no montante de R\$ 27,8 milhões

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo total da Companhia era de R\$ 874,5 milhões, comparado a R\$ 598,3 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento do passivo total da Companhia ocorreu, principalmente, em função da captação de novos empréstimos, em linha com a estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia. Vale mencionar que em 31 de dezembro de 2024, por não ter atendido à cláusula restritiva com o Banco Itaú BBA, a Companhia reclassificou a sua dívida, com a referida instituição financeira, para o passivo circulante, com o objetivo em dar cumprimento ao item 74 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

No entanto, é importante ressaltar que apesar da apresentação da dívida no passivo circulante, os prazos originais foram mantidos pelo Banco e o covenant foi alterado para 2,5x.

A Administração da Companhia acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido para os acionistas da Companhia, sem prejuízo de sua liquidez, buscando garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo.

c. Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

A Companhia tem honrado todas as suas obrigações referentes aos seus compromissos financeiros até a data de publicação desta Proposta da Administração, bem como tem mantido a assiduidade dos pagamentos desses

compromissos. Por isso, e considerando o seu capital circulante líquido abaixo descrito, a Companhia acredita que será capaz de manter a sua liquidez e capacidade de realizar os pagamentos.

O capital circulante líquido consolidado da Companhia (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de R\$ 63,0 milhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 168,2 milhões em 31 de dezembro de 2023.

A redução do capital circulante líquido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, refere-se basicamente à reclassificação da dívida com o Banco Itaú BBA do passivo não circulante para o passivo circulante, com o intuito de dar cumprimento ao item 74 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

No entanto, é importante ressaltar que apesar da apresentação da dívida no passivo circulante, os prazos originais foram mantidos pelo Banco e o covenant foi alterado para 2,5x.

Diante do exposto, a Companhia entende que apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

d. Fontes de Financiamento Utilizadas para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes

Em 2024 e 2023, a Companhia manteve a estratégia de utilização de capital de terceiros para financiar a necessidade de capital de giro, aquisições (M&As) e investimentos em equipamentos operacionais.

Vale mencionar que em fevereiro de 2024, houve o primeiro *follow-on* da Companhia, com aporte líquido de R\$ 82,3 milhões.

A alavancagem financeira da Companhia pode ser medida pela divisão entre sua dívida líquida e seu patrimônio líquido, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Indicadores Financeiros	Valores expressos em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	380,505	245.382
Patrimônio Líquido	354.742	238.704
Alavancagem Financeira	1,07	1,02

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes potenciais para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para a necessidade de capital da Companhia que se pretende utilizar no curso regular de seus negócios são a geração de caixa das operações, empréstimos bancários e recursos advindos do mercado de capitais. Os diretores entendem que essas disponibilidades são suficientes para atender as necessidades regulares de capital da Companhia.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 630,4 milhões e R\$ 386,8 milhões, respectivamente.

A dívida líquida da Companhia, calculada pela soma de seus empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante inclui o saldo líquido de instrumentos derivativos financeiros e mútuo com pessoas físicas, deduzidos dos valores registrados como caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários, totalizou um valor positivo de R\$ 380,5 milhões e R\$ 245,4 milhões, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. Vale ressaltar que o cálculo da dívida líquida não considera os valores de fornecedores, operações de risco sacado, duplicatas descontadas e passivos de arrendamento.

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na tabela a seguir:

Tipo	Taxa de juros (%) ¹	Consolidado – em R\$ mil	
		31/12/2024	31/12/2023
Financiamento com Instituições Financeiras	CDI + 1,9% a.a. a CDI + 3,0% a.a.	95.294	63.074
FINAME	CDI + 2,90% a.a.	12.696	17.201
Nota Comercial e FRN	CDI + 1,7% a.a. a CDI + 2,0% a.a.	68.322	-
4131 c/ Swap	CDI + 1,85% a.a. a CDI + 2,83% a.a.	287.271	268.286
Instrumento Derivativo Financeiro (Swap)		(2.685)	1.858
Dívidas referentes às aquisições (Sellers Loan)	95% a 100% do CDI	166.158	33.235
Dívida Bruta		627.056	383.654
Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo e depósito judicial – dívida de aquisição Smartcoat		(246.551)	(141.412)
Dívida Líquida (Caixa líquido)		380.505	245.382

¹ As informações relativas a taxa de juros (%) referem-se aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2024.

Endividamento

O objetivo da gestão da estrutura de capital da Companhia é proteger o seu patrimônio e contribuir para a geração de retorno satisfatório aos nossos acionistas. Esse objetivo se baseia em três pilares: (1) apoio a continuidade e constante ganhos de produtividade das operações, (2) garantia da oferta de boas condições de trabalho e desenvolvimento para seus colaboradores e (3) adequado e equilibrado atendimento aos anseios das partes interessadas.

A Companhia utiliza dois indicadores para avaliar sua alavancagem financeira, conforme demonstrado abaixo. O cálculo do endividamento foi determinado considerando os saldos de empréstimos, instrumentos derivativos, mútuos e debêntures, não tendo sido considerados os valores de fornecedores, operações de risco sacado, duplicatas descontadas e passivos de arrendamento.

A tabela a seguir ilustra a evolução do endividamento da Companhia, que está detalhado na seção 2.5 do Formulário de Referência, ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Indicadores Financeiros	Valores expressos em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida bruta circulante	331.711	95.176
Dívida bruta não circulante	295.345	291.618
Dívida bruta	627.056	386.794
(-) Caixa, equivalentes de títulos e valores mobiliários (curto e longo prazo)	(246.551)	(141.412)
Dívida líquida (caixa mínimo)	380.505	245.382

Indicadores Financeiros	Valores expressos em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida Líquida(Caixa Líquido)	380.505	245.382
Patrimônio Líquido	354.650	238.704
Índice de endividamento	1,07	1,03

Abaixo, a Companhia apresenta os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados pela Companhia e que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024:

Contrato – Banco Safra

Em 24 de abril de 2024, a companhia por meio de sua controlada Gmaia, celebrou contrato de empréstimo com o Banco Safra. No valor de R\$18 milhões, com a finalidade de financiar necessidade de capital de giro em consequência do crescimento. O montante devido no âmbito do contrato será pago em 48 parcelas entre maio de 2025 e março de 2029, com juros remuneratórios mensais, correspondentes à variação acumulada da taxa CDI, acrescido de uma sobretaxa de 2,10% ao ano. O contrato é garantido por domicílio bancário simples, e aval de outras empresas do grupo.

Contrato – Banco Bradesco

Em 20 de junho de 2024, a companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Bradesco. No valor de R\$20 milhões, com a finalidade de financiar necessidade de capital de giro, em consequência do crescimento. O montante devido no âmbito do contrato será pago em 48 parcelas entre julho de 2025 e junho de 2029, com juros remuneratórios mensais, correspondentes à variação acumulada da taxa CDI, acrescido de uma sobretaxa de 2,00% ao ano. O contrato é garantido por domicílio bancário simples e aval de outras empresas do grupo.

Contrato – Banco Votorantim

Em 28 de junho de 2024, a companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Votorantim. No valor de R\$20 milhões, com a finalidade de financiar necessidade de capital de giro, em consequência do crescimento. O montante devido no âmbito do contrato será pago em 36 parcelas entre julho de 2025 e junho de 2028, com juros remuneratórios mensais, correspondentes à variação acumulada da taxa CDI, acrescido de uma sobretaxa de 2,00% ao ano. O contrato é garantido por domicílio bancário simples e aval de outras empresas do grupo.

Contrato – Banco Itaú

Em 21 de agosto de 2024, a companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Itaú S.A. no valor de R\$64 milhões, com a finalidade de financiar necessidade de capital de giro, e investimentos (CAPEX), em consequência do crescimento. Além da finalidade principal, parte da captação serviu para liquidação de empréstimos anteriores mais onerosos com a própria instituição. O montante devido no âmbito do contrato será pago em 17 parcelas entre agosto de 2025 e julho de 2029, com juros remuneratórios trimestrais, correspondentes originalmente à variação cambial, acrescido de uma sobretaxa de 3,6709% ao ano, com um swap para uma taxa efetiva de CDI + 2,00% ao ano. O contrato é garantido por domicílio bancário simples.

Contrato – Banco do Brasil

Em 30 de agosto de 2024, a companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco do Brasil. No valor de R\$20 milhões, com a finalidade de financiar necessidade de capital de giro, em consequência do crescimento. O montante devido no âmbito do contrato será pago em 48 parcelas entre setembro de 2025 e

setembro de 2029, com juros remuneratórios mensais, correspondentes à variação acumulada da taxa CDI, acrescido de uma sobretaxa de 1,99% ao ano. O contrato é garantido por domicílio bancário simples.

Contrato – Banco Itaú

Em 14 de novembro de 2024, a companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Itaú S.A. no valor de R\$20 milhões, com a finalidade de financiar necessidade de capital de giro, em consequência do crescimento. O montante devido no âmbito do contrato será pago em 17 parcelas entre novembro de 2025 e outubro de 2029, com juros remuneratórios trimestrais, correspondentes originalmente à variação cambial, acrescido de uma sobretaxa de 5,0118% ao ano, com um swap para uma taxa efetiva de CDI + 1,85% ao ano. O contrato é garantido por domicílio bancário simples.

Contrato – Banco Santander

Em 29 de novembro de 2024, a companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Santander. No valor de R\$30 milhões, com a finalidade de financiar necessidade de capital de giro, em consequência do crescimento. O montante devido no âmbito do contrato será pago em 7 parcelas entre novembro de 2026 e novembro de 2029, com juros remuneratórios semestrais, correspondentes originalmente à variação cambial, acrescido de uma sobretaxa de 6,5705% ao ano, com um swap para uma taxa efetiva de CDI + 1,70% ao ano. O contrato é garantido por domicílio bancário simples e aval de outras empresas do grupo.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía limites de financiamento não utilizados junto a instituições financeiras no montante de R\$ 615 mil, em função da posição de caixa confortável para honrar com seus compromissos financeiros e operacionais, além dos níveis de geração de caixa real e previsto.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária de ativos nos contratos das operações de FINAME.

As garantias dos empréstimos contratados em 31 de dezembro de 2024 são, principalmente, de: (i) domicílio simples de contratos com clientes (ii) plataforma Finanfor com o Progridir especificamente contratos junto a Petrobras, (iii) aval do sócio + bem financiado e (iv) % em aplicação financeira.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, observando a seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

As dívidas financeiras da Companhia, existentes no último exercício social, não possuem cláusula específica contratual de subordinação e, assim, não há relação de preferência. Logo, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o disposto na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas abaixo descritas.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atendeu à cláusula restritiva presente em seus contratos de empréstimos bancários e financiamentos com o Banco Itaú BBA, que exige a manutenção da relação

entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA limitada a 2,25x. Em virtude disso, foi concedido um waiver pelo banco. É importante destacar que, ao considerar o resultado gerencial (incluindo o EBITDA dos últimos 12 meses das empresas adquiridas), a Companhia cumpre todas as cláusulas restritivas.

Vale mencionar que, em linha com as debêntures a serem emitidas (em garantia firme) no 1º trimestre de 2025, o Itaú BBA alterou os covenants de 2,25x para 2,5x daqui em diante, para todas as operações financeiras vigentes.

A Companhia também possui cláusulas restritivas com duas outras instituições financeiras, que limitam a relação entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA em valores variando de 2,5x a 3,5x, com os índices sendo cumpridos conforme as demonstrações contábeis da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em um dos bancos citados, a definição de Dívida Líquida não contempla o saldo registrado no Contas a Pagar por Aquisição Societária (“sellers finance”).

O CPC 26, em seu item 74, estabelece que “74. Quando a entidade quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data”.

Apesar da concessão de waiver pelo banco Itaú BBA relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia optou por dar cumprimento ao item 74 do CPC 26, e está divulgando a dívida com o Banco Itaú BBA no passivo circulante, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que apesar da apresentação da dívida no curto prazo, os prazos originais foram mantidos pelo Banco e o covenant foi alterado para 2,5x.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía financiamentos totais junto a instituições financeiras de R\$463,6 milhões. Na ocasião, a Companhia possuía limites de financiamento não utilizados junto a instituições financeiras no montante de R\$ 615 mil, em função da posição de caixa confortável para honrar com seus compromissos financeiros e operacionais, além dos níveis de geração de caixa real e previsto.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os exercícios indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia disponíveis no site da Companhia (<https://ri.priner.com.br/>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO (CONSOLIDADO)

A seguir são descritos cada um dos itens analisados:

Receita operacional de vendas

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos líquidos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita.

Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

Apresentam-se, a seguir, as explicações sobre as principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Valores expressos em R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de				
	2024		2023		Variação 2024/2023
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
Receita Líquida de vendas e serviços	1.100.583	100,00%	1.046.411	100,00%	5,18%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(854.080)	-77,60%	(830.839)	-79,40%	2,80%
Lucro Bruto	246.503	22,40%	215.572	20,60%	14,35%
Despesas operacionais/ administrativas/gerais	(156.653)	-14,23%	(128.172)	-12,25%	22,22%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	89.850	8,16%	87.400	8,35%	2,80%
Receitas financeiras	23.016	2,09%	14.122	1,35%	62,98%
Despesas financeiras	(74.984)	-6,81%	(59.111)	-5,65%	26,85%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	37.882	3,44%	42.411	4,05%	-10,68%
Correntes	(28.336)	-2,57%	(38.298)	-3,66%	-26,01%
Diferidos	18.274	1,66%	20.967	2,00%	-12,84%
Lucro Líquido do exercício	27.820	2,53%	25.080	2,28%	10,93%

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 1.100,6 milhões, correspondente a um aumento de 5,18% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento se deve à aquisição da Real Estruturas, início de operação de novos contratos offshore, somados a novos contratos não recorrentes da UN de Infraestrutura e expansão da UN de Engenharia de Integridade e Inspeção.

Encerramos o ano com 337 vagas disponíveis, a serem preenchidas no início de 2025.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 854,1 milhões, correspondente a um aumento de 2,80% em relação ao mesmo período de 2023. Esse aumento deriva, principalmente, do aumento do volume de atividades.

Os custos da nova UN de Montagem Industrial, no período de outubro a dezembro de 2024 (período pós aquisição) totalizaram R\$ 96,2 milhões, representando 11,26% do custo consolidado do exercício.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 atingiu R\$ 246,5 milhões, correspondente a um aumento de 14,35% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi fruto dos seguintes motivos:

- Aquisição da Real Estruturas, aumentando o portfólio de serviços oferecidos aos nossos clientes;
- Aceleração nas operações de novos contratos offshore, os quais sofreram atraso no segundo trimestre de 2024;
- Início de operação de novos contratos conquistados pelas UNs de Infraestrutura (não recorrentes) e Engenharia de Integridade e Inspeção

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais foram de R\$ 156,7 milhões, o que representa crescimento 22,22% em relação ao ano anterior. Elas representaram 14,23% da Receita Líquida em 2024, um aumento de 2,0 ponto percentual em relação ao ano anterior, quando foram de 12,25%.

O incremento das despesas foi impactado, de forma relevante, pelas recentes aquisições da Real Estruturas e Welding.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos em 2024 foram de R\$ 52,0 milhões (despesas) em comparação a R\$ 50,0 milhões (despesas) do exercício anterior, o que representa aumento de 4,00% em relação ao ano anterior. Na comparação anual houve estabilização no resultado líquido entre receitas de aplicações financeiras e juros de financiamentos. Entretanto, houve incremento nos juros referentes a sellers finance (M&As), proveniente das aquisições realizadas.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes reduziu 26,01% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação se deve basicamente ao aumento do prejuízo fiscal e base negativa apurado pela Priner Serviços durante o exercício de 2024.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos reduziu 12,84% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa redução é resultado principalmente pelo crescimento do LAIR da Companhia, e pela realização do prejuízo fiscal e base negativa da controlada Smartcoat.

Lucro Líquido do Período

O resultado contábil consolidado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 atingiu lucro líquido de R\$ 27,8 milhões, comparativamente ao lucro de R\$ 25,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Apesar do atual nível de juros da economia brasileira, nosso lucro líquido foi impulsionado pelo incremento no volume de atividades e margens, principalmente no offshore e Infraestrutura, além da chegada da Real Estruturas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2024 comparadas a 31 de dezembro de 2023.

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Valores expressos em R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de				
	2024		2023		Variação 2024/2023
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de caixa/ Títulos e valores mobiliários	243.739	19,83%	136.902	16,36%	78,04%
Contas a receber - terceiros e partes relacionadas	319.533	26,00%	276.728	33,06%	15,47%
Estoques	5.778	0,47%	4.609	0,55%	25,36%
Tributos a recuperar	20.037	1,63%	15.428	1,84%	29,87%
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	2.685	0,22%	-	-	-
Outros ativos circulantes	17.992	1,46%	11.560	1,38%	55,64%
Total do ativo circulante	609.764	49,61%	445.227	53,19%	36,96%
Ativo Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	2.812	0,23%	1.371	0,16%	105,11%
Contas a receber - terceiros	5.100	0,41%	4.805	0,57%	6,14%
Tributos diferidos	71.891	5,85%	64.509	7,71%	11,44%
Depósitos judiciais	5.689	0,46%	4.910	0,59%	15,87%
Outros ativos não circulantes	1.091	0,09%	941	0,11%	15,94%
Imobilizado e direito de uso	301.842	24,56%	255.291	30,50%	18,23%
Intangível	230.973	18,79%	59.950	7,16%	285,28%
Total do ativo não circulante	619.398	50,69%	391.777	46,81%	58,10%
Total do ativo	1.229.162	100,00%	837.004	100,00%	46,85%

Ativo Circulante
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo combinado de nosso caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 78,04% em relação a 31 de dezembro de 2023, quando foi de R\$ 136,9 milhões. Esse aumento foi causado pela geração de caixa operacional do período além de captação de recursos com terceiros para capital de giro e investimentos.

Contas a receber – terceiros e partes relacionadas

O saldo de contas a receber apresentou um aumento de 15,47%, passando de R\$ 319,5 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 319,5 milhões em 31 de dezembro de 2024. O incremento foi causado pelo aumento do volume de operações através de novos contratos conquistados e consolidação de novas empresas adquiridas ao Grupo. Vale mencionar que houve uma redução do prazo médio de recebimento em 2024 (63 dias), sem comparado a 2023 (80 dias).

Estoque

O saldo de estoque apresentou aumento de 25,36%, passando de R\$ 4,6 milhão em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 5,8 milhões em 31 de dezembro de 2024. O maior impacto está relacionado a matéria prima do estoque da controlada R&R.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 24,87%, passando de R\$ 15,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 20,0 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento se refere ao IRRF e CSLL retidos na fonte, que poderão ser compensados por outros tributos federais através de PERD-COMPS.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou aumento de 55,64%, passando de R\$ 11,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 18,0 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento refere-se, basicamente, aos custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipadas até o início das atividades dos referidos contratos. Esse aumento foi ocasionado, principalmente, pela mobilização em decorrência do início de novos contratos no 2º semestre de 2024.

Ativo não circulante

Títulos e valores mobiliários

O saldo se refere a debêntures recebidas pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Contas a receber - terceiros

O saldo se refere a nota promissória recebida pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou aumento de 11,44%, passando de R\$ 64,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 71,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. A variação foi o aumento do reconhecimento de provisões sobre adições e exclusões temporárias no período e pelo reconhecimento do ativo diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais existente.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou aumento de 15,87%, passando de R\$ 4,9 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 5,7 milhões em 31 de dezembro de 2024. Este saldo é composto por depósitos judiciais de natureza trabalhista e pagamento, em juízo, da dívida de aquisição pela participação de 75% da controlada Smartcoat que vem sendo atualizado monetariamente.

Imobilizado e ativo de direito de uso

O saldo de imobilizado, ativo de direito de uso e intangíveis apresentou aumento de 18,23%, passando de R\$ 255,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 301,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi causado pelos investimentos em equipamentos adquiridos para atender a demanda, substituição de equipamentos locados de terceiros, automatização processos operacionais e projetos de melhorias e benfeitorias nos imóveis alugados pela Companhia, além dos equipamentos existentes nas empresas adquiridas em 2024.

Intangível

O saldo de intangível apresentou aumento de 285,28%, passando de R\$ 60,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 231,0 milhões em 31 de dezembro de 2024. Este aumento se deve basicamente aos ativos intangíveis identificados nas aquisições da Welding e Real.

	Valores expressos em R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de					
	2024		2023		Varição	
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	2024/2023	
					(%)	
Passivo Circulante						
Fornecedores – Terceiros e partes relacionadas	44.567	3,63%	38.577	4,61%	15,53%	
Empréstimos e financiamentos	267.358	21,75%	77.019	9,20%	247,13%	
Instrumentos financeiros – Swap	-	-	1.858	0,22%	-	
Arrendamentos a pagar – Direito de Uso	5.817	0,47%	5.127	0,61%	13,46%	
Salários e encargos sociais	100.936	8,21%	78.670	9,40%	28,30%	
Tributos a recolher	16.443	1,34%	17.007	2,03%	-3,32%	
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	13.590	1,11%	11.756	1,40%	15,60%	
Contas a pagar por aquisição societária	67.038	5,45%	16.298	1,95%	311,33%	
Provisões	29.883	2,43%	29.299	3,50%	1,99%	
Outros passivos	1.174	0,10%	1.461	0,17%	-19,64%	
Total do passivo circulante	546.806	44,49%	277.072	33,10%	97,35%	
Passivo Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	196.225	15,96%	271.542	32,44%	-27,74%	
Arrendamentos a pagar – Direito de uso	19.108	1,55%	20.281	2,42%	-5,78%	
Contas a pagar e outras contas a pagar por aquisição societária	102.490	8,34%	20.076	2,40%	410,51%	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.492	0,61%	8.953	1,07%	-16,32%	
Outros passivos não circulantes	2.391	0,19%	376	0,04%	535,90%	
Total do passivo não circulante	546.806	44,49%	321.228	38,38%	70,22%	

Patrimônio Líquido

Capital Social	318.284	25,89%	233.681	27,92%	36,20%
Reserva de capital	19.790	1,61%	8.104	0,97%	144,20%
(-) Ações em tesouraria	-	-	(11.978)	(1,43%)	-
Reserva de lucros	36.289	2,95%	28.549	3,41%	27,11%
Ajuste de avaliação patrimonial	(33.621)	(2,74%)	(33.621)	(4,02%)	0,00%
	340.742	27,72%	224.735	26,85%	51,62%
Participações de não controladores	13.908	1,13%	13.969	1,67%	-0,44%
Total do patrimônio Líquido	354.650	28,85%	238.704	28,52%	48,57%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.229.162	100,00%	837.004	100,00%	46,85%

Passivo circulante
Fornecedores – terceiros e partes relacionadas

O saldo a pagar de fornecedores apresentou aumento de 15,53%, passando de R\$ 38,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 44,6 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esta variação refere-se principalmente ao aumento no volume de operações da Companhia. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI's, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou aumento de 247,13%, passando de R\$ 77,1 milhão em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 267,4 milhões em 31 de dezembro de 2024. O maior aumento nesta rubrica contábil se deve ao fato de que a Companhia não atendeu à cláusula restritiva presente em seus contratos de empréstimos bancários e financiamentos com o Banco Itaú BBA, que exige a manutenção da relação entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA limitada a 2,25x. Em virtude disso, foi concedido um waiver pelo banco.

Apesar da concessão de waiver pelo banco Itaú BBA relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia optou por dar cumprimento ao item 74 do CPC 26, e está divulgando a dívida com o Banco Itaú BBA no passivo circulante, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que apesar da apresentação da dívida no curto prazo, os prazos originais foram mantidos pelo Banco e o covenant foi alterado para 2,5x.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (swap) representa a diferença (valor a receber ou a pagar) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, tendo sido constatada variação passiva, em 31 de dezembro de 2023 no montante de 1,9 milhões no passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2024, houve variação ativa no montante de R\$ 2.685. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em curto prazo apresentou aumento de 13,46% passando de R\$ 5,1 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 5,8 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento refere-se a inclusão nas controladas de novos contratos sujeitos ao CPC 06 – R2.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou aumento de 28,30%, passando de R\$ 78,7 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 101,0 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo aumento do número de colaboradores na Companhia, fruto da expansão do volume de atividades e das novas aquisições (Welding e Real Estruturas). Encerramos o ano de 2024 com 7.144 colaboradores (vs 5.458 ao final de 2023).

Tributos a recolher

O saldo de Tributos a recolher de R\$ 16,4 milhões em 31 de dezembro de 2024 refere-se a valores a pagar dos impostos devidos sobre o faturamento ref. ao ISS, ICMS, Pis e Cofins, apurados na competência de dezembro.

Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar

O saldo de Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar apresentou aumento de 15,60%, passando de R\$ 11,8 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 13,6 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento é está na linha com o aumento do lucro líquido apurado em 2024, se comparado ao exercício de 2023.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária apresentou aumento de 311,33%, passando de R\$ 16,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 67,0 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi causado, principalmente, pela aquisição das novas controladas (Welding e Real Estruturas) durante o exercício de 2024.

Provisões

O saldo de provisões apresentou incremento de 1,99%, passando de R\$ 29,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 29,8 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi causado basicamente, pela provisão para fornecedores diversos. Esse aumento está na linha com o aumento da operação durante o 2º semestre de 2024.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou redução de 19,64%, passando de R\$ 1,5 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento refere-se, principalmente, a realização dos adiantamentos a clientes.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou redução de 27,74%, passando de R\$ 271,5 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 196,2 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esta redução nesta rubrica contábil se deve ao fato de que a Companhia não atendeu à cláusula restritiva presente em seus contratos de empréstimos bancários e financiamentos com o Banco Itaú BBA, que exige a manutenção da relação entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA limitada a 2,25x. Em virtude disso, foi concedido um waiver pelo banco.

Apesar da concessão de waiver pelo banco Itaú BBA relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia optou por dar cumprimento ao item 74 do CPC 26, e está divulgando a dívida com o Banco Itaú BBA no passivo circulante, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que apesar da apresentação da dívida no curto prazo, os prazos originais foram mantidos pelo Banco e o covenant foi alterado para 2,5x.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em longo prazo apresentou redução de 5,78% passando de R\$ 20,3 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 19,1 milhões em 31 de dezembro de 2024. A redução refere-se à reclassificação das parcelas que serão realizadas dentro do exercício de 2025.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 102,5 milhões teve seu incremento, principalmente, em função das aquisições das novas empresas do Grupo (Welding e Real Estruturas).

Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos apresentou redução de 16,32%, passando de R\$ 9,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 7,5 milhões em 31 de dezembro de 2024. Do saldo de R\$ 7,5 milhões, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 7,4 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos externos.

Outros passivos não circulantes

O saldo de outros passivos no valor de R\$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2024 refere-se a parcelamento de notificação trabalhista e tributária, dos quais R\$ 2,1 milhões refere-se à controlada Welding, adquirida pelo Grupo, em Junho de 2024.

Patrimônio líquido

Capital social

O aumento na rubrica se deve ao follow-on, concluído em fevereiro de 2024, com captação líquida de R\$ 82 milhões.

Reserva de Capital

O aumento na rubrica se refere ao efeito contábil da utilização das ações em tesouraria para pagamento de uma das parcelas de aquisição da Real Estruturas. O efeito entre o valor das ações em tesouraria e o valor das ações na data da operação resultaram em um aumento de 144,20%

Ações em tesouraria

As ações em tesouraria foram utilizadas para pagamento de uma das parcelas de aquisição da Real Estruturas. Por este motivo, a conta possui saldo zero em 31 de dezembro de 2024.

Reserva de lucros

De acordo com o artigo 28, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o artigo 28, inciso (ii) do estatuto social da Companhia, após a dedução do montante relativo à reserva legal e do pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, o lucro líquido restante será destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social da Companhia, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo de reserva de lucros da Companhia no montante de 36,3 milhões é composto de R\$ 2,9 milhões para reserva legal e R\$ 33,4 para reserva de expansão conforme estatuto da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ mil, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	AH
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	107.751	21.642	397,88%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(93.599)	(81.990)	14,16%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	92.494	81.200	13,91%
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	106.646	20.852	411,44%

Atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia foi positivo em R\$107,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado ao valor positivo de R\$ 21,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação na geração de caixa operacional é explicada pelo aumento do contas a receber da Companhia, em decorrência do incremento da receita, e da redução do prazo de recebimento do contas a receber.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 93,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado ao valor negativo de R\$ 82,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação na geração de caixa de investimento foi pela aquisição de participações em outras sociedades (M&As) e aquisição de equipamentos produtivos.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia foi positivo em R\$ 92,4,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado ao valor positivo de R\$ 81,2 milhões no exercício social em 31 de dezembro de 2023. Essa variação na geração de caixa de financiamentos foi fruto da captação de novos empréstimos para incremento da liquidez de curto prazo e do processo de follow-on ocorrido em fevereiro de 2024.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é integralmente denominada em reais e provém da prestação de serviços de engenharia de acesso, tratamento de superfície, pintura industrial, isolamento térmico, serviços de inspeção, habitáculos pressurizados e locação, venda e indenização de equipamentos não devolvidos ou danificados pelos clientes da Companhia.

A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma dessas categorias no total de sua receita de bens e serviços nos períodos indicados:

<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024 – Pro forma	2024 - Contábil	2023
Prestação de serviços e cessão	1.194.001	1.050.246	988.648
Locação de equipamentos	122.859	122.859	118.667
Vendas	32.497	32.496	29.326
Indenização e recuperação	6.815	6.815	2.967
Total Receita Bruta	1.356.172	1.212.416	1.139.608
Impostos sobre vendas e serviços	(108,232)	(97.953)	(85.332)
Cancelamentos, descontos e devoluções de vendas	(13.880)	(13.880)	(7.865)
Total Receita Líquida	1.234.060	1.100.583	1.046.411

Nota (1) – Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, não auditados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024.

Nota (2) – O segmento de Montagem Industrial foi criado durante o exercício de 2024, com a aquisição da controlada Real Estruturas e Construções Ltda

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados são custos de execução de obras, que incluem aqueles relativos a (i) pessoal para prestação dos serviços, montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando feitas pela Companhia; (ii) equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque é insuficiente para atender à demanda; (iii) despesas com materiais consumidos nas obras, tais como

equipamentos de proteção individual (EPIs), madeira, tintas e isolantes térmicos; e (iv) fretes de transporte de equipamento entre filiais e, eventualmente, para os clientes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (pro forma e contábil) e 2023, os custos de execução de obras representaram 80% (pro forma), 80% (contábil) e 82%, respectivamente, do total dos principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo-se a depreciação. Essa representatividade dos custos de execução de obras é típica no negócio da Companhia, visto sua atividade ser intensiva no uso de mão de obra. Como parte de seu Plano Estratégico, a Companhia investe em equipamentos para automatizar algumas atividades operacionais, visando gerar aumento de produtividade, e investe em novas linhas de negócios (atividades) com rentabilidades mais atrativas.

As principais despesas operacionais são despesas com coordenação de contratos, que compreendem aquelas relativas às equipes de projetos e de engenheiros da área comercial responsáveis pela prospecção de novos negócios, gestão e acompanhamento de cada um dos contratos da Companhia, incluindo salários, encargos e benefícios, viagens, representações e comunicação. Dada a natureza dos negócios da Companhia, não existe uma equipe exclusivamente voltada para vendas. Além das despesas já descritas, as despesas operacionais incluem aquelas relativas a QSMS, serviços gerais, marketing, suprimentos e provisões para devedores duvidosos. Outras despesas operacionais, gerais e administrativas relevantes incluem: (i) despesas administrativas, que compreendem aquelas incorridas com a área financeira, de relações com investidores, recursos humanos e presidência, inclusive salários e benefícios, (ii) participação dos empregados nos resultados e despesas com planos de opções de compra de ações, e (iii) outras despesas administrativas, que compreendem, principalmente, atualizações e ajustes de provisões para contingências.

O resultado financeiro compreende o total das despesas financeiras da Companhia, líquido do total das receitas financeiras da Companhia. As principais despesas financeiras são juros e variação monetária passiva sobre debêntures, empréstimos, duplicatas descontadas e contas a pagar relativo à aquisição de participações societárias. As principais receitas financeiras correspondem a juros sobre aplicações financeiras, variação monetária ativa sobre créditos e juros sobre títulos eventualmente pagos em atraso pelos clientes da Companhia.

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,0% para o imposto de renda e de 9,0% para a contribuição social.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações dos preços e dos volumes dos serviços prestados e dos equipamentos locados aos seus clientes, e também são impactadas pela introdução de novos produtos e serviços. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, refletindo a inflação passada. Atualmente, a receita da Companhia não tem correlação com a flutuação de taxas de câmbio.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes e insumos utilizados na prestação dos serviços, dos quais destacam-se tintas e materiais para isolamento térmico, além das despesas financeiras. Adicionalmente, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres de auditoria do auditor independente da Companhia constantes das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Durante o exercício de 2024, com a aquisição da controlada Real Estruturas e construções Ltda, a Companhia criou uma Unidade de Negócios chamada “Montagem Industrial”. Dessa forma, as operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração da Companhia, contendo as seguintes unidades de negócio: (1) Serviços industriais, (2) infraestrutura; (3) engenharia de integridade e inspeção e (4) Montagem Industrial.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As informações relevantes sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico foram disponibilizadas no item 1.12 do Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(f) do Formulário de Referência

c. eventos ou operações não usuais

No último exercício social, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas pela administração da Companhia

a. Valor das medições não contábeis;

(i) EBITDA

EBITDA: medição não contábil calculada por nós e conciliada com nossas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Resolução CVM N° 156, de 24 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”). O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos, nem possui um significado padrão e pode não ser comparável com as medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Margem EBITDA: A margem EBITDA é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do EBITDA, anteriormente descrito, pela receita líquida. A margem EBITDA é expressa em formato percentual e pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

Abaixo, são apresentados os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024 Pro forma ⁽¹⁾	2024 contábil	2023
EBITDA	160.615	138.583	126.460
Margem EBITDA	13,0%	12,59%	12,10%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, não auditados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024, conforme acordo firmado entre a Companhia e os vendedores.

(ii) DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras, e consiste no valor da dívida bruta (empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição societária, instrumento derivativo (swap) passivo, debêntures e mútuo com pessoas físicas a pagar, e não considera os valores de fornecedores, operações de risco sacado, duplicatas descontadas e passivos de arrendamento), descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários vinculados, (ii) títulos e valores mobiliários e mútuo com pessoas físicas a receber e (iii) instrumento derivativo (swap) ativo. A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima).

<i>(Em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida Bruta	609.294	383.654
Dívida Líquida	362.743	245.382
Dívida Líquida/ EBITDA LTM Contábil ⁽¹⁾	1,8	2,1

Nota (1): A partir da publicação do 4T23, alteramos o cálculo da Relação Dívida Líquida/EBITDA LTM, retroativamente. No novo conceito, incluímos os resultados gerenciais dos últimos 12 meses das empresas adquiridas (que não transitaram pelos resultados da Companhia), visto o balanço patrimonial (dívida líquida e capital empregado) ser impactado imediatamente (no mês da aquisição). Adicionalmente, para o cálculo da alavancagem, o EBITDA é reduzido pelos juros incidentes sobre as antecipações de recebíveis.

(iii) MARGEM BRUTA

A margem bruta é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro bruto pela receita líquida. A margem bruta é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade direta dos contratos firmados entre a Companhia e seus clientes. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

<i>(Em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024 Pro forma ⁽¹⁾	2024 contábil	2023
MARGEM BRUTA	22,2%	22,3%	20,6%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024.

(iv) MARGEM LÍQUIDA

A margem líquida é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro líquido pela receita líquida. A margem líquida é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade final da Companhia. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

<i>(Em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024 Pro forma ⁽¹⁾	2024 contábil	2023
MARGEM LÍQUIDA	3,4%	2,5%	2,4%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024, conforme acordado entre a Companhia e os vendedores.

(i) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO

O ROIC ajustado é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do NOPAT pelo capital investido. O ROIC é expresso em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a lucratividade e o desempenho da Companhia. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

<i>(Em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024 Pro forma ⁽¹⁾	2023
ROIC ⁽²⁾	14,3%	13,7%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024, conforme acordado entre a Companhia e os vendedores.

Nota (2): A partir da publicação do 4T23, alteramos o cálculo do ROIC, retroativamente. No novo conceito, incluímos os resultados gerenciais dos últimos 12 meses das empresas adquiridas (que não transitaram pelos resultados da Companhia), visto o balanço patrimonial (dívida líquida e capital empregado) ser impactado imediatamente (no mês da aquisição). Adicionalmente, para o cálculo da alavancagem, o EBITDA é reduzido pelos juros incidentes sobre as antecipações de recebíveis.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Seguem os eventos subsequentes às nossas informações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Contas a pagar por aquisição societária

Em janeiro de 2025, a controlada gmaia pagou a parcela final ao vendedor da controlada indireta Soegeo no montante de R\$ 5.991.

Em fevereiro de 2025, a Companhia pagou a parcela final ao vendedor da controlada Labteste (incorporada em 2023) no montante de R\$ 1.291.

Emissão de debêntures

Em 27 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie em garantia real, em até 2 (duas) séries, no montante total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões). Os recursos líquidos captados pela Companhia, por meio das Debêntures, serão utilizados para novos investimentos e alongamento do passivo.

A emissão possui as seguintes características:

#	Característica
Volume total (R\$)	R\$200.000.000,00
Prazo de Amortização	1ª Série: 5 anos, com carência de 3 anos 2ª Série: 7 anos, com carência de 4 anos
Coordenador Líder	Itaú BBA
Remuneração	Limitada a: 1ª Série (DI + até 2,10%) e 2ª Série (DI + até 2,40%), conforme procedimento de <i>bookbuilding</i> abaixo descrito.
Regime de colocação	Garantia Firme
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento para definição: (i) da taxa final da Remuneração, limitada aos valores acima; e (ii) do número de séries a serem emitidas e da quantidade de debêntures a ser alocada em cada uma das séries, no modelo de vasos comunicantes.
Garantias	Cessão fiduciária de conta vinculada onde transitarão, semestralmente, recebíveis a serem determinados pela Emissora, equivalentes a valor mínimo de uma PMT da operação, nos termos previstos na Escritura de Emissão e no contrato de garantia.
Covenants financeiros - anuais	<p>Dívida Líquida / EBITDA contábil $\leq 2,75x$. Caso realizada uma ou mais operações de fusão e aquisição de ações de outras empresas pela Emissora, nos dois últimos trimestres, o Índice Financeiro será Dívida Líquida / EBITDA contábil $\leq 3,50x$; e</p> <p>Dívida Líquida / EBITDA Pro Forma $\leq 2,50x$, onde EBITDA Proforma significa EBITDA da Emissora somado ao EBITDA dos últimos doze meses das empresas adquiridas pela Emissora.</p>

2.7 - Política de destinação dos resultados

	31/12/2024	31/12/2023
a. Regras sobre a retenção de lucros	De acordo com o artigo 28, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o saldo do lucro líquido restante após a destinação para a reserva legal e para os dividendos obrigatórios, o restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento, que não deverá exceder 80% do capital social.	De acordo com o artigo 28, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o saldo do lucro líquido restante após a destinação para a reserva legal e para os dividendos obrigatórios, o restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento, que não deverá exceder 80% do capital social.
a.i. Retenções de lucros	Houve constituição de reserva legal no montante de R\$ 507 mil e constituição de reserva estatutária no montante de R\$ 7.233 mil no exercício findo em 31/12/2024.	Houve constituição de reserva legal no montante de R\$ 685 mil e constituição de reserva estatutária no montante de R\$ 9.762 mil no exercício findo em 31/12/2023.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, 71,3% foram destinados à Reserva Estatutária da Companhia, em relação ao lucro total declarado. Além disso, a Companhia destinou 5% em relação ao lucro total declarado para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 71,3% foram destinados à Reserva Estatutária da Companhia, em relação ao lucro total declarado. Além disso, a Companhia destinou 5% em relação ao lucro total declarado para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o artigo 28, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2023 fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. O saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.	De acordo com o artigo 28, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024 fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. O saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberara sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 14, inciso (xviii) do Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, e imputar o valor distribuído ao dividendo obrigatório.</p>	<p>Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberara sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 14, inciso (xviii) do Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2023, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, e imputar o valor distribuído ao dividendo obrigatório.</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>No período acima, a Companhia não esteve sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, com exceção de restrição a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nos termos de determinados contratos financeiros.</p>	<p>No exercício acima, a Companhia não esteve sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, com exceção de restrição a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nos termos de determinados contratos financeiros.</p>
e. Política de destinação de resultados	<p>A Companhia possui os critérios de destinação de resultados previstos no Estatuto Social.</p>	<p>A Companhia possui os critérios de destinação de resultados previstos no Estatuto Social.</p>

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10 – Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados: (i) para operações de aquisições (“M&A”) que reforçam a tradição da Companhia de assertividade na escolha de serviços de alto valor agregado e de seleção de empresas que possuem sólida cultura de excelência; (ii) investimentos em equipamentos para atender o crescimento orgânico almejado; (iii) substituir equipamentos locados de terceiros e; (iv) automatizar processos operacionais, visando melhoria de produtividade e consequente redução na intensidade de uso de mão de obra.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia investiu em M&As, o montante de R\$ 223,6 milhões referente a aquisição de 2 novas empresas (Welding e Real).

A distribuição dos investimentos em CAPEX durante o exercício de 2024, excluindo os M&As mencionados acima, foi a seguinte: benfeitorias em imóveis de terceiros (27%), equipamentos de acesso (25%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (21%), inspeções e soldagens (12%), equipamentos para atividades de infraestrutura (6%), computadores e software (7%) e diversos (3%). Os investimentos em imóveis de terceiros foram realizados, basicamente, em uma nova unidade operacional localizada em Macaé, cujo objetivo é atender à crescente demanda do segmento *offshore*, o qual apresenta margens bastante atrativas.

Em 2023, a distribuição dos investimentos realizados pela Companhia foi a seguinte: equipamentos de acesso (44%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (19%), benfeitorias em imóveis de terceiros (13%), equipamentos para atividades de infraestrutura (8%), inspeção e soldagem (5%), equipamentos de hidrodemolição (3%), informática (4%), diversos (4%). Cabe aqui o mesmo comentário referente aos investimentos em imóveis de terceiros feito no parágrafo anterior.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia avalia as fontes de investimento disponíveis no mercado financeiro no momento da realização de investimentos. A escolha da fonte de financiamento é feita com base nos custos dos financiamentos disponíveis, na liquidez da Companhia no momento da captação, no retorno financeiro previsto para os projetos de investimento, na previsão de fluxo de caixa e, consequentemente, na liquidez da Companhia prevista para o horizonte do projeto. Nos últimos três anos, a Companhia foi bem-sucedida em negociar captações de recursos com *spreads* cada vez menores.

Para eventuais fusões e aquisições, a Companhia considera diversas alternativas para fontes de financiamento, dentre as quais destacamos: financiamentos dos vendedores, financiamentos bancários, recursos do mercado de capitais e recursos disponíveis em caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desenvolvimento de novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

O Planejamento Estratégico da Companhia tem, dentre suas prioridades empresariais, o compromisso em exercer papel de agente transformador socioambiental, cumprindo nosso propósito e fortalecendo nossos valores, impactando de forma positiva a vida das pessoas; desenvolver equipe inclusiva com integrantes protagonistas, inovadores, que sejam exemplo para todos, prezando pela saúde e segurança, dentro de um ambiente de confiança, saudável e positivo. Nesse sentido, como oportunidades citamos:

- Ampliar e acelerar a agenda ESG
- Garantir ciclo anual de planejamento estratégico
- Fortalecer a identidade Priner favorecendo cultura organizacional
- Potencializar a melhoria contínua em SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente)

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME:18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

Anexo II

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2024 DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

O Comitê de Auditoria da Priner Serviços Industriais S.A., no exercício de suas atribuições legais, na conformidade do Regimento Interno deste Comitê e em atendimento ao disposto no inciso VIII, artigo 27, da Resolução Normativa CVM nº 80/22, durante o último trimestre do exercício de 2024: (i) examinou as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) examinou o Relatório da Administração; (iii) examinou o relatório de revisão emitido pela empresa Mazars Auditores Independentes e (v) examinou o Release da Companhia.

A empresa de auditoria externa, Mazars, apresentou os trabalhos realizados para o Comitê de Auditoria, referentes ao exercício de 2024, conforme reunião realizada em 12/03/2025.

Cumpramos consignar que não houve situações de divergências entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria.

Ainda, as atividades realizadas por este Comitê ao longo do ano de 2024 foram reportadas ao Conselho de Administração durante as reuniões mensais deste órgão, conforme Relatório de contante no Anexo I deste Parecer.

Encerramento | Recomendação:

Com base nos exames das informações e documentos fornecidos pela Companhia, nos trabalhos abrangentes realizados pela Mazars Auditores Independentes, no conjunto de análises e recomendações efetuadas pelo Comitê de Auditoria e nas medidas adotadas pela administração para a elaboração das demonstrações financeiras, os membros do Comitê entenderam que as Demonstrações Financeiras do exercício findo em de 31 de dezembro de 2024 e respectivas Notas Explicativas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e concluem recomendando ao Conselho Deliberativo a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025.

Membros do Comitê de Auditoria:

Luciana Doria Wilson
Coordenadora

Bruno de Mello Pereira
Membro

Roberto Carmelo
Membro

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME:18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

Anexo III | PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Anexo A da Resolução 81 de 29 de março de 2022)

1) Informar o lucro líquido do exercício (findo em 31/12/2024)

Lucro líquido do exercício de 2024: R\$ 10.149.750,27 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e sete centavos).

2) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a. Montante global de dividendos

Dividendos: R\$ 2.410.565,69 (dois milhões, quatrocentos e dez mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)

b. Valor por ação (dividendos)

Ordinárias: R\$ 0,051595176

3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

25%, após a destinação da reserva legal

4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Em 2024, não foram distribuídos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O montante de dividendos mínimos obrigatórios é de R\$ 2.410.565,69 (dois milhões, quatrocentos e dez mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos). Considerando a quantidade de ações emitidas na Companhia até a presente data, o valor por ação dos dividendos é de R\$ 0,0516. Nesta data, a Companhia não possui ações em tesouraria.

Não há distribuição de juros sobre capital próprio a ser feita pela Companhia.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Em até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da declaração de pagamento mencionada no item "d" abaixo, a ser pago em dinheiro.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que não houve e não haverá incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

29 de abril de 2025, data da Assembleia Geral Ordinária.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

Não aplicável.

b. Informa a data dos respectivos pagamentos:

Não aplicável.

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

2024: 10.149.750,27 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e sete centavos).
2023: R\$ 13.701.660,60 (treze milhões, setecentos e um mil, seiscentos e sessenta reais e sessenta centavos).
2022: R\$ 20.235.293,77 (vinte milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos)

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

2024: R\$ 2.410.565,69 (dois milhões, quatrocentos e dez mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)
2023: R\$ 3.254.144,39 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos).
2022: R\$ 9.584.897,40 (nove milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta centavos)

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 507.487,51 (quinhentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos)

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

5% do lucro líquido, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 28 do Estatuto Social da Companhia.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10) Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

(*) Estatuto Social da Companhia, artigo 28: Do lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal até que atingidos os limites legais; e (ii) do saldo do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva legal mencionada no item (i) deste artigo 28: (a) 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios; e (b) o restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% (oitenta por cento) do capital social.

- I) 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal;

- II) Do saldo do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios

(considerando a dedução dos dividendos distribuídos na modalidade de juros sobre capital próprio);

III) O restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento
Nota: Para este fim, a Companhia possui a reserva estatutária.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

N/A

iii) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

iv) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

v) Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

vi) Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Estatuto Social da Companhia prevê, no artigo 28, (ii), (b), que, após a destinação de parte do lucro líquido para a Reserva Legal e para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, o restante deverá ser destinado à constituição de Reserva de Investimento para assegurar o nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a Reserva de Investimento não excederá 80% (oitenta por cento) do capital social.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 7.231.697,07 (sete milhões, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e sete centavos) – Reserva de Investimento

- c. Descrever como o montante foi calculado

O montante fora calculado com a dedução, pelo lucro líquido, da Reserva Legal em 5% (cinco por cento) e dos dividendos mínimos obrigatórios, em 25% (vinte e cinco por cento).

vii) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

viii) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME:18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

Anexo V | PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

AGE

(com base no artigo 13 da Resolução CVM 81/22)

I)

A Proposta de Remuneração Global dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2025 está de acordo com a estratégia de remuneração definida pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Comitê de Pessoas, tendo como base:

- (i) responsabilidades, desafios e competências;
- (ii) capacidade de gerar resultados tangíveis e intangíveis, sustentáveis e ao sucesso dos negócios; e
- (iii) referências de mercado.

Neste contexto, **a proposta para remuneração global, anual, para o exercício social de 2025, em regime de competência, para os administradores da Companhia é** de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), incluindo a remuneração fixa e variável (ICP), com inclusão dos benefícios, conforme aplicável aos membros elegíveis conforme item II.1 desta Proposta para deliberação da AGE.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME:18.593.815/0001-97

NIRE: 33.3.0031102-5

**Anexo VI | PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(Formulário de Referência)**

(com base no artigo 13 da Resolução CVM 81/22, item 8 do Formulário de Referência)

8. Remuneração dos Administradores

8.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Compensação dos Administradores, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2024 ("Política de Remuneração"). Essa política é aplicada aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento da Priner Serviços Industriais S.A ("Companhia"), em exercício, não incluindo os membros especialistas dos Comitês de Assessoramento.

A Política de Remuneração tem por objetivo estabelecer os princípios e estratégias de compensação total em reconhecimento aos serviços prestados, à superação de desafios, aos resultados sustentáveis e ao sucesso dos negócios.

A Política de Remuneração está disponível para consulta no site de relação com Investidores da Companhia <https://ri.priner.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-de-etica-e-politicas/>.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia implementou o Comitê de Pessoas em 2022, que passou dentre outros temas, a propor recomendações ao Conselho de Administração a respeito das melhores práticas de remuneração do mercado.

Nos termos da legislação vigente e do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

O Comitê de Pessoas recomenda ao Conselho de Administração a proposta de individualização da Remuneração dos Administradores, após aprovação em AGO, considerando as estratégias e diretrizes estabelecidas na Política de Remuneração.

O Conselho de Administração aprova a alocação da remuneração individualizada dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a

utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual leva em consideração a responsabilidades, desafios e competências individuais requerida para o cargo ou função e a capacidade de gerar e superar resultados tangíveis e intangíveis para a Companhia.

Sempre que necessário realizamos pesquisas de mercado com suporte de consultoria especializada, usando como base empresas do mesmo segmento e ou empresas que possam ser competidoras aos nossos talentos, a fim de manter a remuneração e políticas equalizadas junto ao mercado. A partir desses resultados todas as propostas de remuneração e políticas de benefícios são submetidas ao Comitê de Pessoas e avaliação final do Conselho de Administração.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A adequação da Política de Remuneração é avaliada pelo Conselho de Administração sempre que se mostra necessário, de forma periódica sem definição de data.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

• seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Abaixo, encontram-se descritos os elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração, de acordo com a Política de Remuneração.

Conselho de Administração

A compensação fixa financeira dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento da Companhia é composta por 12 (doze) parcelas anuais, pagas mensalmente a título de honorários. Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento não terão direito ao recebimento de compensação fixa não financeira, nem à compensação variável de incentivo de curto ou longo prazo. Participação em Comitê: Os membros do Conselho de Administração que também atuam como membros dos Comitês de Assessoramento terão direito ao recebimento de uma compensação fixa adicional, composta por 12 (doze) parcelas anuais.

Diretoria Estatutária

A remuneração global é composta por compensação fixa financeira e não financeira, compensação variável de incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo. O valor da compensação total de cada Diretor Estatutário poderá variar de acordo com suas responsabilidades, competências, formação, desempenho e capacidade de superar desafios, refletindo os resultados dos serviços prestados. A compensação variável de incentivo de curto prazo será definida anualmente, por meio de programas com diretrizes específicas.

A compensação variável de incentivo de longo prazo estará de acordo com o estabelecido em um plano aprovado em assembleia geral e no programa aprovado pelo Conselho de Administração.

A compensação fixa consiste na compensação pelos serviços prestados mensalmente, que reflete as atribuições e as responsabilidades inerentes aos respectivos cargos. A compensação variável de incentivo de curto prazo consiste em uma recompensa financeira que serve como diferencial competitivo, com o objetivo de garantir a meritocracia, reconhecer e motivar os indivíduos a irem além do escopo de suas funções regulares, superando desafios e alcançando resultados empresariais. E o Incentivo de Longo Prazo consiste em programa de compensação de incentivo variável de longo prazo, com o objetivo de assegurar o alinhamento com as melhores práticas de mercado, contexto organizacional e os objetivos estratégicos da Companhia.

• sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais remuneração total

As proporções de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 podem ser verificadas nas tabelas abaixo. Estas fazem referência apenas à remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Elemento da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa Anual	100%	52%
Incentivo de curto prazo	-	27%
Incentivo de longo prazo - baseado em Ações (Outorga de Opções)	-	18%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	3%
TOTAL	100,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Elemento da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa Anual	100%	70%
Incentivo de curto prazo	-	25%
Incentivo de longo prazo - baseado em Ações (Outorga de Opções)	-	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	5%
TOTAL	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Elemento da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa Anual	100%	56%
Incentivo de curto prazo	-	39%
Incentivo de longo prazo - baseado em Ações (Outorga de Opções)	-	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	5%
TOTAL	100,00%	100,00%

• sua metodologia de cálculo e de reajuste

A estratégia da remuneração leva em consideração o mercado de referência, composto por empresas que possuem portes similares e boas práticas de governança corporativa. Tais pesquisas subsidiam e auxiliam a tomada de decisão pelo Conselho de Administração.

A composição da Compensação total tem como base: (i) responsabilidades, desafios e competências; (ii) capacidade de gerar e superar resultados tangíveis e intangíveis para a Companhia, por meio da compensação fixa, compensação variável de incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo.

• principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A remuneração variável de curto prazo da Companhia reconhece que a expansão dos negócios deve se dar de forma alinhada aos preceitos do desenvolvimento sustentável, e adota os indicadores de desempenho de limite de alavancagem, EBITDA Consolidado (UDM) e ROIC. A Companhia acredita que as pessoas estão no centro da sua estratégia, e os indicadores de desenvolvimento humano, saúde e segurança do trabalho possuem fatores

fundamentais para o alcance de resultados sustentáveis.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

As referências da remuneração total dos colaboradores e administradores da Companhia e suas subsidiárias, tem como base (i) responsabilidades, desafios e competências; (ii) capacidade de gerar resultados tangíveis e intangíveis, sustentáveis e ao sucesso dos negócios; e (iii) referências de mercado.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 todos os membros da administração da Companhia foram remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade dos membros da administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia

Na data deste Formulário de Referência não há qualquer previsão de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,00*	9,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00*	9,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$ 1.120.000,00	R\$ 3.700.000,00	R\$ 4.820.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Participações em comitês	R\$ 436.000,00	0,00	R\$ 436.000,00
Outros			
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável			
Bônus	0,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	R\$ 4.444.000,00	R\$ 4.444.000,00
Observação			
Total da remuneração	R\$ 1.556.000,00	R\$ 11.444.000,00	R\$ 13.000.000,00

*A diretoria estatutária da Companhia estava composta por 4 membros até 13/03/2025. A partir desta data, houve reeleição de apenas 3 membros, sendo esta a quantidade até o final do exercício de 2025 e a remuneração contempla 4 membros de forma proporcional.

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2024 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	9,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$ 840.000,00	R\$ 3.539.446,69	R\$ 4.379.446,69
Benefícios direto e indireto	0	R\$ 192.057,78	R\$ 192.057,78
Participações em comitês	R\$ 324.000,00	0	R\$ 324.000,00
Outros	0	0	R\$ 0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	R\$ 0,00
Remuneração variável			
Bônus	0,00	R\$ 1.841.077,38	R\$ 1.841.077,38
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções (*)	0,00	R\$ 1.215.688,09	R\$ 1.215.688,09
Observação			
Total da remuneração	R\$ 1.164.000,00	R\$ 6.788.269,94	R\$ 7.952.269,94

* Nota (1): A Companhia apresenta, para fins de transparência, o valor estimado referente às opções de compra de ações concedidas aos administradores no exercício de 2024 (para Diretoria Estatutária).

O plano de opções da Companhia observa as premissas de voluntariedade da adesão e onerosidade para o beneficiário, tratando-se de incentivo de natureza mercantil, desvinculado de contraprestação direta pelo trabalho prestado.

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2023 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$620.000,00	R\$2.616.273,47	R\$3.236.273,47
Benefícios direto e indireto	0,00	R\$163.232,80	R\$163.232,80
Participações em comitês	R\$208.000,00	0,00	R\$208.000,00
Outros	0,00	R\$127.640,43	R\$127.640,43
Descrição de outras remunerações fixas	-	FGTS	
Remuneração variável			
Bônus	0,00	R\$984.429,34	R\$984.429,34
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	-
Total da remuneração	R\$828.000,00	R\$3.891.576,05	R\$4.719.576,05

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2022 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$304.000,00	R\$2.177.084,48	R\$2.481.084,48
Benefícios direto e indireto	0,00	R\$231.827,17	R\$231.827,17
Participações em comitês	R\$112.000,00	0,00	0,00
Outros	0,00	R\$120.752,36	R\$120.752,36
Descrição de outras remunerações fixas	-	FGTS	-
Remuneração variável			
Bônus	0,00	R\$1.612.360,00	R\$1.612.360,00
Participação de resultados	0,00	0,00	-
Participação em reuniões	0,00	0,00	-
Comissões	0,00	0,00	-
Outros	0,00	0,00	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	-
Cessação do cargo	0,00	0,00	-
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	-
Observação	-	-	-
Total da remuneração	R\$416.000,00	R\$4.142.024,01	R\$4.558.024,01

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)			
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,00*	9,00
Nº total de membros remunerados	0,00	4,00*	4,00
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-

*A diretoria estatutária da Companhia estava composta por 4 membros até 13/03/2025. A partir desta data, houve reeleição de apenas 3 membros, sendo esta a quantidade até o final do exercício de 2025 e a remuneração contempla 4 membros de forma proporcional.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024			
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	9,00
Nº total de membros remunerados	5,00	4,00	9,00
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 1.035.156,66	R\$ 1.035.156,66
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 1.940.918,74	R\$ 1.940.918,74
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	R\$ 1.552.734,99	R\$ 1.552.734,99
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	N/A	R\$ 1.841.077,38	R\$ 1.841.077,38
Em relação à participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	8,00
Nº total de membros remunerados	5,00	3,00	8,00
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$926.992,00	R\$926.992,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$1.158.740,00	R\$1.158.740,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	R\$1.158.740,00	R\$1.158.740,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	0,00	R\$984.429,34	R\$984.429,34
Em relação à participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
<i>(em R\$ mil, exceto número de Administradores)</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	8,00
Nº total de membros remunerados	5,00	3,00	8,00
Em relação ao Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$450.000,00	R\$450.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$570.000,00	R\$570.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	R\$570.000,00	R\$570.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	0,00	R\$1.612.360,00	R\$1.612.360,00
Em relação à participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

A Companhia implementou o Plano de incentivo de longo prazo por meio de Programas Anuais de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options), que utilizarão, como Incentivo de Longo Prazo, a outorga de Opções, nas quantidades estabelecidas em cada Programa Anual de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options), respeitado o limite do capital social da Companhia.

Os Programas têm por objetivo regulamentar a outorga de Opções, visando assegurar o pleno alinhamento com as melhores práticas de mercado, com o contexto organizacional e de negócios da Companhia; fortalecer a capacidade de atração e retenção dos eleitos; ampliar o grau de alinhamento de interesses, notadamente financeiros, entre os eleitos e a Companhia; reforçar o comprometimento dos eleitos ao Programa com a geração futura de resultados sustentáveis e de valor da Companhia e de suas subsidiárias.

Os programas de incentivo de longo prazo são administrados pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para organizar e administrar esses programas, contando com o suporte do Comitê de Pessoas.

b. data de aprovação em órgão responsável

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/10/2024.

c. número máximo de ações abrangidas

O Plano, incluindo todas as outorgas de Opções, deve respeitar o limite global de até 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, em base líquida (sem considerar os impostos conforme diretrizes complementares que serão previstas em cada Programa Anual de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options)).

O número total das ações abrangidas está definido em cada um dos programas da Companhia, conforme descritos a seguir:

- Programa Stock Options | 2024 - Diretores Estatutários:
O presente Programa de outorga de Opções para a compra de até 1.401.621 (um milhão, quatrocentos e um, seiscentos e vinte e um) Ações em relação ao exercício de 2024. Essa quantidade, considerando o exercício integral das Opções outorgadas, representa 3,0% (três por cento) do capital social da Companhia vigente na presente data, o que respeita o limite global de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, em base líquida, conforme definido e aprovado no Plano.
- Programa Anual Stock Options | 2024 - Regular:
O presente Programa de outorga de Opções para a compra de até 377.000 (trezentas e setenta e sete mil) Ações em relação ao exercício de 2024. Essa quantidade, considerando o exercício integral das Opções outorgadas, representa 0,81% (zero vírgula oitenta e um por cento) do capital social da Companhia vigente na presente data, o que respeita o limite global de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, em base líquida, conforme definido e aprovado no Plano.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Vide o disposto no item (c) acima.

e. condições de aquisição de ações

Cada Opção dará direito ao Participante de adquirir 1 (uma) Ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no Plano, no respectivo Programa Anual de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options) e Contrato de Opções.

A aquisição das Ações pelo Participante ocorrerá após o cumprimento da Carência e outras condições aplicáveis, mediante o exercício da Opção por este, nos termos estabelecidos no Plano e nos respectivos Programas Anuais de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options) e Contrato de Opções.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício (ou a sua forma de cálculo) e as condições de pagamento foram definidos no Plano, observando-se os seguintes critérios:

- para os Programas Anuais aprovados pelo Conselho de Administração durante o exercício de 2024, o Preço de Exercício por Opção, será o maior valor entre: (i) o valor de R\$ 11,00 (onze reais); e (ii) determinado percentual desconto sobre o preço médio de mercado da Ação, não superior a 15% (quinze por cento), com base em determinados pregões da B3, podendo em ambos os casos ser deduzido dos proventos (e.g. dividendos, JSCP, bonificações) pagos e/ou serem aplicadas correções que o Conselho de Administração entender pertinentes.

g. critérios para fixação de prazo de exercício

O Prazo de Exercício está definido nos Programas Anuais de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options) e nos Contratos de Opções, observando os seguintes parâmetros: o Prazo de Exercício será de até 5 (cinco) anos contados da data da outorga das Opções aos Participantes.

h. forma de liquidação

Uma vez exercida a Opção pelos Participantes, nos termos do Plano, dos Programas e do respectivo Contrato de Opções, as Ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento de capital da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração, sendo respeitado o limite do capital autorizado estabelecido no Estatuto Social da Companhia, e observado o disposto na regulamentação da CVM. Ainda, poderão ser utilizadas as Ações existentes em tesouraria, observado o disposto na regulamentação da CVM e deliberação(ões) do Conselho de Administração.

i. Restrições à transferência das ações

Na hipótese de assinatura do Contrato de Opções e exercício da respectiva Opção, o Participante deverá manter 100% (cem por cento) das Ações efetivamente adquiridas por este sob a custódia de uma instituição financeira credenciada, conforme definição da Companhia, e estará impedido de aliená-las, por qualquer forma, conforme segue: (i) 90% (noventa por cento) das Ações adquiridas pelo prazo de 7 (sete) dias contados da efetiva aquisição destas; e (ii) 10% (dez por cento) das Ações adquiridas durante o prazo de 1 (um) ano contado da efetiva aquisição destas.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As Opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nas seguintes hipóteses: a) mediante o seu exercício, na forma e nos termos especificados no Contrato de Opções; b) após o decurso do Prazo de Exercício; c) mediante o distrato do Contrato de Opções; ou d) se a Companhia for dissolvida ou liquidada.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de término da relação de trabalho, estatutária ou de serviço (i) por iniciativa imotivada da Pessoa Elegível ou do Participante ou (ii) por motivo atribuível à Pessoa Elegível ou ao Participante, a Pessoa Elegível ou o Participante, conforme aplicável, perderá todo e qualquer direito relacionado a qualquer Programa Anual de Outorga de Opção de Compra de Ações, que estará(ão) automaticamente rescindido(s) e extinto(s) em relação à Pessoa Elegível ou ao Participante, conforme aplicável, na data de término, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização à Pessoa Elegível ou ao Participante, conforme aplicável.

Na hipótese de término da relação de trabalho, estatutária ou de serviço (i) por iniciativa imotivada da Companhia ou (ii) por motivo atribuível à Companhia ou (iii) por invalidez permanente da Pessoa Elegível ou do Participante ou (iv) por comum acordo entre as partes, a Pessoa Elegível e/ou o Participante, conforme aplicável, permanecerá com seus direitos e obrigações relativos ao(s) Programa(s) Anual(is) de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options) e/ou os respectivos Contratos de Opções em vigor inalterados, conforme aplicáveis.

Em caso de falecimento de determinada Pessoa Eleita, o direito de assinatura do Contrato de Opções ou o exercício da Opção, conforme o caso, passará para o espólio ou herdeiros legais, conforme aplicável.

8.5 – Remuneração baseada em ações reconhecidas no resultado nos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00*
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00000	0,06%
Preço ponderado médio de exercício		
das opções em aberto no início do exercício social	0,00	Não há opções exercíveis no início do exercício.
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00
das opções exercidas durante o exercício social	0,00	0,00

Nota: O ILP, por meio de opção de compra de ações, implementado em 2024, causará efeito de diluição da participação societária, considerando que terão novas emissões de ações em 2025 (que totalizam diluição de 0,6% do capital social, com emissão de 280.344 ações). Contudo, a natureza jurídica do ILP – Stock Option não é de remuneração, pois o executivo tem a opção de compra das ações, por meio da outorga concedida pela Companhia.

Nota 2: *A diretoria estatutária da Companhia estava composta por 4 membros até 13/03/2025. A partir desta data, houve reeleição de apenas 3 membros.

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00000	0,00
Preço ponderado médio de exercício		
das opções em aberto no início do exercício social	0,00	0,00
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00
das opções exercidas durante o exercício social	0,00	0,00

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00000	0,00000
Preço ponderado médio de exercício		
das opções em aberto no início do exercício social	0,00	0,00
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00
das opções exercidas durante o exercício social	0,00	0,00

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00000	0,00000
Preço ponderado médio de exercício		
das opções em aberto no início do exercício social	0,00	0,00
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00
das opções exercidas durante o exercício social	0,00	0,00

8.6 Outorgas de opções de ações reconhecidas no resultado nos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social corrente (2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Outorga de compra de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A

Nota: até a data desta Proposta não houve novas opções, em comparação ao ano de 2024.

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Outorga de compra de ações		
Data de outorga	N/A	28/10/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.401.621
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	10/2025 10/2026 10/2027
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	10/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	6,94

Nota: outorgas realizadas por meio da implementação do ILP – Opção de Compra de Ações, realizada no ano de 2024

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Outorga de compra de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A

Nota: Não houve um plano de remuneração baseado em ações vigente no exercício de 2023.

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Outorga de compra de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	N/A

Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga ⁽¹⁾	N/A	N/A

Nota: Não houve um plano de remuneração baseado em ações vigente no exercício de 2022.

8.7- Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do último exercício social (2024) relativas à outorga do Programa de 2024.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	1.401.621
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	10/2025 10/2026 10/2027
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	10/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano
Preço médio ponderado do exercício	N/A	11,98
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	6,94
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Prazo médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social		9.725.505

8.8- Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Nota: Nenhuma opção foi exercida em 2024.

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Nota: Não houve um plano de remuneração baseado em ações vigente no exercício social de 2023.

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Nota: Não houve um plano de remuneração baseado em ações vigente no exercício social de 2022.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Diluição potencial se todas as ações forem outorgadas aos beneficiários	N/A	0,6%

Nota: a diluição compreende uma parcela do montante outorga que poderá ser exercida no ano de 2025.

Referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial se todas as ações forem outorgadas aos beneficiários	N/A	N/A

Referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial se todas as ações forem outorgadas aos beneficiários	N/A	N/A

Referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial se todas as ações forem outorgadas aos beneficiários	N/A	N/A

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável. Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía plano de outorga de ações (planos de ações restritas) para os membros do Conselho de Administração e para a Diretoria nem possui no exercício social corrente. Cumpre informar que foram outorgadas opções de compra, por meio do Plano ILP de Outorga de Opções implementado em 2024, que parte poderá ser exercida pela Diretoria Estatutária em 2025.

8.11- Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável. Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía plano de outorga de ações (planos de ações restritas) para os membros do Conselho de Administração e para a Diretoria nem possui no exercício social corrente.

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

O Modelo de precificação das ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações (ILP) para a Diretoria Estatutária considera que haverá concessão única (*mega-grant*), que o exercício das opções está condicionado ao cumprimento de prazo de carência, de forma gradual, de 3 (três) anos, sendo certo que as opções poderão ser exercidas, com lock up de no máximo 1 (um) ano. Com isso, o preço de exercício para o Plano ILP é de R\$ 11,00 ou 15% de desconto sobre o preço médio da ação na data de cada concessão (40 pregões, ponderados pelo volume), o que for maior, corrigido por IPCA e deduzido dos proventos por ação pagos.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opções 2024

Plano de stock Options concedido em 2024	
Data da outorga do plano	28/10/2024
Preço de exercício	11,00
Preço médio ponderado das ações	13,45
Volatilidade esperada	49,29%
Prazo de vida útil das opções (anos)	5 anos
Taxa de juros livre de risco	12,48%
Valor justo por opção	R\$ 6,94

Plano de Opções 2023

Não aplicável

Plano de Opções 2022

Não aplicável

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia esclarece que não ocorreu exercício antecipado.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada é determinada pela volatilidade do preço da ação entre 28 de outubro de 2024, data da outorga, e a data de referência para o cálculo do valor justo que coincide com a data do vencimento do plano, em 27 de outubro de 2029.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia esclarece que não há outras características da opção que teriam sido incorporadas na mensuração de seu valor justo.

8.13 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Valores mobiliários emitidos pela Companhia

	Ações ordinárias (unidades)
Conselho de Administração	217.181
Diretoria Estatutária	593.853
Conselho Fiscal	-

Al

Valores mobiliários emitidos por sociedade controlada da Companhia: Priner Locação de Equipamentos S.A.

	Ações ordinárias (unidades)
Conselho de Administração	-
Diretoria Estatutária	1
Conselho Fiscal	-

8.14 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários da Companhia.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária (1)			Conselho de Administração		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2021	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Número total de membros	4	3	3	5	5	5
Número de membros remunerados	4	3	3	5	5	5
Valor da maior remuneração (Reais)	R\$ 2.370.350,23	R\$ 1.547.291,00	1.626.671,93	258.000,00	124.000,00	100.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	R\$ 1.119.358,13	R\$ 1.158.815,16	1.172.770,00	168.000,00	124.000,00	88.000,00
Valor médio da remuneração (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	R\$ 1.697.067,49	1.297.192,02	1.380.674,67	232.800,00	124.000,00	83.200,00

Observação:

Diretoria Estatutária	
31/12/2024	O item de menor remuneração anual individual foi apurado considerando 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses. Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais de ônus do empregador.
31/12/2023	No exercício 2023, todos os diretores exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social. Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais de ônus do empregador.
31/12/2022	No exercício 2022, todos os diretores exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social. Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais de ônus do empregador.
Conselho de Administração	
31/12/2024	No exercício 2024, todos os membros do conselho exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social.
31/12/2023	No exercício 2023, todos os membros do conselho exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social.
31/12/2022	O item de menor remuneração anual individual foi apurado considerando 3 membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais de ônus do empregador.

8.16 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Até o momento desta Proposta não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

8.17- Percentual na remuneração total devido por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais.

Nos exercícios sociais encerrados em 2022, 2023, 2024 e no exercício social corrente, a Companhia não possuía controlador(es), direto ou indireto, conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto.

8.18 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração da Companhia e os Diretores Estatutários não receberam remuneração da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupam. Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente a Companhia não possuía nem possui Conselho Fiscal instalado.

8.19- Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Não aplicável, nos 3 últimos exercícios sociais não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia. Cumpre ainda ressaltar que a Companhia não possui, atualmente, controlares, conforme as regras contábeis aplicadas.

8.20- Outras informações relevantes

Sem prejuízo de ser considerada informação relevante, para fins de esclarecimento, cumpre ressaltar que os membros dos comitês (membros especialistas), que não fazem parte do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária, são remunerados por meio de honorários, verba esta que não está contemplada no limite global de remuneração da administração aqui proposto.
